



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

ISSN: 1982-4343

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

BRITO, Antonio Mauricio Freitas

A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil

Varia Historia, vol. 36, núm. 72, 2020, Setembro-Dezembro, pp. 859-888

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0104-87752020000300010

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384464936010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A subversão pelo sexo

Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil

Subversion by Sex

Anti-communist Representations During the Dictatorship in Brazil

ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO*

RESUMO Amparado na pesquisa de pronunciamentos militares e documentos produzidos pelas “comunidades de informação e segurança”, o artigo analisa o anticomunismo moral sexual disseminado ao longo da ditadura no Brasil. Para esses sujeitos, os comunistas utilizavam o sexo para manipular jovens através de uma estratégia subversiva de destruição da família, principalmente a partir da promiscuidade sexual. A partir dessa perspectiva, demonstramos a politização do sexo e o uso de demarcadores de gênero para desqualificar o movimento estudantil universitário e/ou comportamentos estudantis que se afastavam da moral defendida por esses militares. Essas representações não foram monopólio da ditadura brasileira. Alguns trabalhos mostram a difusão desta agenda anticomunista nas Américas. O artigo aponta a necessidade de uma abordagem que investigue a circulação transnacional desse anticomunismo.

PALAVRAS-CHAVE anticomunismo moral sexual, ditadura militar, juventude

* <http://orcid.org/0000-0002-7570-1632>

Universidade Federal da Bahia, Departamento de História
Largo de São Lázaro, 197, Salvador, BA, 40210-730 Brasil
mafbrito@hotmail.com



ABSTRACT Supported by the research of military pronouncements and documents produced by the “information and security communities”, the article analyzes the sexual moral anti-communism disseminated throughout the dictatorship in Brazil. For these subjects, communists used sex to manipulate young people by way of a subversive strategy of destroying the family, mainly through sexual promiscuity. From this perspective, we demonstrate the politicization of sex and the use of gender demarcators to disqualify the university student movement and / or student behaviors that deviated from the morals defended by the military. These representations were not a monopoly of the Brazilian dictatorship. Some researches show the spread of this anti-communist agenda in the Americas. This article points out the need for an approach that investigates the transnational circulation of this anti-communism.

KEYWORDS sexual moral anticomunism, military dictatorship, youth

INTRODUÇÃO

Este artigo discute o anticomunismo difundido no Brasil nos anos da última ditadura.¹ A problemática principal é investigar as representações² que interpretavam a subversão juvenil “em termos morais e sexuais”³ (COWAN, 2012, p. 404), atribuindo-a a uma conspiração comunista. Essas representações têm conexão com uma tradição anticomunista e

1 Anticomunismo definido como “oposição sistemática ao comunismo ou aquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas” (RODEGHERO, 2002, p. 464). A documentação pesquisada abrange a ditadura entre 1968 e 1983.

2 Representações pensadas como classificações, construções de sentido e significados para o mundo; ordenamentos, identidades e interpretações. Essa definição permite investigar como “a realidade é contraditoriamente construída pelos grupos [- os anticomunistas de extrema direita -]; seguidamente, as práticas [discursivas] que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo (...) ou da comunidade” (CHARTIER, 1990, p. 24).

3 No original: “moral and sexual terms”. Todas as citações em língua estrangeira neste artigo foram traduzidas livremente pelo autor.

conservadora construída desde meados do século XIX, devendo ser contextualizadas com a atmosfera da Guerra Fria e conectadas com eventos do “tempo curto”, especialmente as turbulências mundiais em 1968 e as transformações na sociedade brasileira no tempo da ditadura.

O pós-golpe de 1964 foi marcado por intensos conflitos envolvendo diversos setores, especialmente frações estudantis e o Estado. Setores anticomunistas leram esses embates como manifestações de uma subversão que envolvia projetos políticos, mas também corpos, comportamentos sexuais, estética, gostos musicais, linguagem e dinâmicas de sociabilidade juvenil. Ainda que civis de diferentes perfis tenham tido papel ativo na sua fabricação, orientados pelo anticomunismo e/ou conservadorismo (FICO, 2002; MARCELINO, 2011; DUARTE, 2011; QUINALHA, 2017), o texto explora as representações anticomunistas relacionadas à moral sexual que foram veiculadas por militares. Um *corpus* documental descontínuo e diverso – circulares e informes dos órgãos repressivos,⁴ pronunciamentos em jornais,⁵ escritos militares – permite acessar as representações elaboradas por esses sujeitos. A documentação foi pesquisada no Arquivo Nacional-Coordenação Regional (AN-COREG) do Distrito Federal e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.⁶

4 Esses documentos foram “produzidos de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática (...) [e] têm caráter evidencial congênito, isto é, nascem para servir de instrumento ou prova de determinadas ações [e/ou convicções]” (CAMARGO, 2002, p. 4). Podem ser interpretados como “testemunhos do funcionamento do órgão que os gerou” o que “faz de cada informação e de cada documento parcelas dotadas de tempo e circunstância” (CAMARGO, 2002, p. 8-9).

5 “Ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses, posições políticas, morais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 225).

6 A pesquisa de fontes produzidas pelas “comunidades de segurança e informação” foi desenvolvida no Arquivo Nacional do DF em 2017. Tentamos mapear documentos a partir de palavras-chave relacionadas ao tema. Além disso, acessamos dois documentos pesquisados por Cowan (2015) que ampararam o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2014) no tópico “ Ditadura e Homossexualidades”, que contou com a colaboração do autor. A investigação dos pronunciamentos públicos dos militares sobre o tema foi feita utilizando a Hemeroteca Digital do Arquivo Nacional. A pesquisa foi livre a partir de palavras relacionadas ao tema. Encontramos algumas matérias nos jornais *O Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

Essencialismos sobre homem e mulher, binarismos, expectativas de papéis sociais, normas de comportamento diferenciadas para rapazes e moças, concepções de família e moral sexual, estigmas e acusações anticomunistas estão presentes na documentação. Esse anticomunismo é um “fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável (...) à luz do momento histórico, [da conjuntura brasileira] (...) e das diversas origens, ideais e políticas em que se inspirou” (BONET, 1998, p. 34). No campo de estudos sobre o tema, há poucos trabalhos que tenham como foco a dimensão moral sexual do anticomunismo nos anos da ditadura, especialmente temas comportamentais dos jovens. Este texto oferece uma contribuição sobre a questão.

A SUBVERSÃO COMUNISTA E A DESTRUIÇÃO DA FAMÍLIA

A notícia de uma palestra para “150 moças” de uma Faculdade é o nosso ponto de partida. No evento, o general Albuquerque Lima afirmou que havia um “plano comunista mundial para acabar com as Forças Armadas, depois com a Igreja (...) e, finalmente, com a moral e a família”.⁷ O Ministro do Interior acusou padres e freiras que “despertam sentimento sexual nas moças (...) para (...) desagregar a família”. Sublinhou que “os colégios se utilizam de rapazes e moças inexperientes, forçando-os a se preocupar com problemas sexuais” e criticou a “falta de autoridade dos pais (...) em acompanhar os filhos”.⁸

Ressaltamos que esses pronunciamentos não devem ser generalizados para todo o Brasil. Sugerem como os militares percebiam o problema a partir do Rio de Janeiro – capital que parecia ser cosmopolita, com forte classe média intelectualizada, movimento estudantil ativo, presença de organizações de esquerda armada e tida como mais permissiva para as mudanças dos costumes. É necessário pesquisar jornais de outras cidades para investigar a circulação de pronunciamentos militares anticomunistas com teor moral sexual.

7 Albuquerque Lima é parte de um grupo de generais de 1964 que conspirou contra Goulart e “suas práticas se davam predominantemente no sentido de se opor à mobilização política da sociedade e de implementar uma modernização nacional por vias centralizadoras e autoritárias” (SVARTMAN, 2006, p. 28).

8 ALBUQUERQUE acusa freiras e padres de desagregarem a família falando de sexo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 out. 1968, Caderno 1, p. 4.

O evento ocorreu em outubro de 1968. O país não estava imune à efervescência política e cultural marcada por protagonismo juvenil em várias latitudes. A rebelião se insurgia contra o *status quo*, as tradições, a guerra fria, a sociedade de consumo e o autoritarismo. Imagens contestatórias varreram o mundo, modelando uma das conjunturas mais transnacionais do século XX (MANZANO, 2014). Dentre essas imagens, estavam “novos padrões de comportamento da juventude, o clima de relaxamento sexual, a experimentação sensorial do corpo, a “revolta lírica” dos hippies, (...) e a crise na relação entre os sexos e as gerações”, como afirma Adriana Setemy. Além disso, continua a autora, a fala, o canto, a maneira de se vestir e o comportamento tornaram-se armas de combate ao regime, “mas também viraram moda (...) especialmente entre os jovens, que ao aderirem àquelas “bossas” não estavam necessariamente interessados em contestar a ordem política vigente” (SETEMY, 2019, p. 22).

O acontecimento dialoga com este clima de contestação ressaltando uma zona cinzenta: 1968 foi um ano também marcado por reação conservadora e anticomunista. No plano institucional, Odd Westad (2018) indica que a direita francesa saiu vitoriosa nas eleições após o maio de 1968; Nixon venceu as eleições nos EUA; o desfecho em Praga reforçou uma saída autoritária do regime; a direita mexicana se fortaleceu. O regime militar brasileiro se encontrava em avançado processo de centralização de poder nas mãos do executivo federal com vasta legislação repressiva, ao mesmo tempo enfrentando uma oposição na imprensa, ruas e praças – esses dois últimos, territórios protagonizados por estudantes. 1968 catalisou uma ofensiva militar para desarticular essa oposição. Setores da Igreja católica solidários aos estudantes foram alvos dessa campanha. Isso ajuda a explicar a já citada artilharia discursiva de Albuquerque Lima contra as freiras e os padres.

Militares anticomunistas de extrema direita leram os protestos como ilegítimos, percepção típica de um regime ditatorial que hostilizava a crítica. Essa noção se fortalecia pelo argumento de que a contestação era promovida por centros externos, como atesta o Conselho de Segurança Nacional (CSN) nas duas reuniões realizadas em junho. O argumento

conspirativo dos centros externos financiando a subversão é o mesmo esboçado pelo general Albuquerque Lima. Em sintonia com a tradição anticomunista, o militar e o CSN operavam com a *teoria da conspiração* culpando um estado indesejável de coisas por uma conspiração desenvolvida por um grupo secreto. Essa chave de leitura dos protestos nacionais e internacionais foi um padrão recorrente, gerando a “conexão conspiratória”⁹ (LANGLAND, 2018, p. 21): as semelhanças nos protestos mundiais protagonizados por jovens evidenciavam um plano mundial organizado. Nessa acepção, nenhum acontecimento é aleatório, mas sim responsabilidade de alguém com má intenção – naquele caso, o movimento comunista internacional (MCI) – que o planejou (KNIGHT, 2003, p. 15).

Dois meses antes da palestra, a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida por forças policiais. O *Globo* denunciou que “todas as noites de sábado ou vésperas de feriados, os apartamentos ocupados por universitários no “campus” são palco de verdadeiras libações e bacanais”. A residência de docentes era transformada em “bordéis onde praticam toda sorte de desatinos, inclusive violências sexuais contra moças, tudo isso lado a lado com uma pregação subversiva”.¹⁰ A matéria condenava “o corpo dirigente da universidade” que seria “omissos”. O reitor desmentiu as acusações. Durante a ditadura, foi recorrente no anticomunismo veiculado por esses sujeitos a desqualificação da universidade, dos professores e alunos e sua associação à promiscuidade sexual.

A invasão da UnB mostrava a intolerância da repressão não poupando sequer os “estudantes que em muitos casos eram os próprios filhos dos políticos, parte das privilegiadas classes altas e médias” (PITTS, 2014, p. 41). O avanço da militarização do regime demonstraria suas garras na repressão ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), em Ibiúna (São Paulo). O Secretário de Segurança Pública afirmou que “a promiscuidade era total. Rapazes e moças viviam nas mesmas barracas, nas mesmas pociegas, nos mesmos currais”. Declarou a expectativa de “que as moças (...) se queixem também dos líderes que

9 No original: “conspiratorial connections”.

10 ORGIA, subversão e terror degradam a UnB. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 set. 1968, p. 16.

não lhes deram nem conforto nem decência”.¹¹ Esse CONUNE se fixou na enquadrada memória militar anticomunista. O brigadeiro Burnier desqualificou o evento, alegando que foi um bacanal organizado pelos subversivos para corromper os jovens (D’ARAÚJO, 1994). Para o Exército, o congresso foi um mix de bebedeira, preservativos e sexo livre (PROJETO ORVIL). Esses exemplos mostram a construção do “inimigo interno” por contornos políticos e morais (QUINALHA, 2017, p. 25).

Em dezembro foi baixado o Ato Institucional no. 5 (AI-5). Dias depois, houve a invasão do Conjunto Residencial da Universidade do Estado de São Paulo (CRUSP). O relatório policial informa que foram encontrados rifles, livros subversivos, coquetéis molotov, preservativos e pílulas anticoncepcionais. Para as forças repressivas, as pílulas pareciam ser tão perigosas quanto os coquetéis (LANGLAND, 2008). A possibilidade de moças terem experiências sexuais mais autônomas destoava da noção de feminilidade naturalizada por esses sujeitos. Tido como um lugar de memória pelas forças repressivas, o CRUSP foi visto como “um verdadeiro Quartel General da subversão e corrupção dos costumes. Um grupo representando uma minoria (...) [para] doutrinar jovens, desencaminhar moças e subverter a ordem e o regime”.¹²

O protagonismo das “moças” como alvo de condutas desviantes demonstra o uso de demarcadores, papéis, expectativas e temores de gênero. É um exemplo que comprova que “pertencer a um ou outro sexo diferencia atitudes, crenças e códigos” (FARGE, 2001, p. 10). A hierarquia entre as vítimas da subversão delegava às moças o primeiro lugar no pódio. Elas eram destituídas de desejo; aparecem nas falas militares como passivas, sem voz, nem poder. Essas representações endossam a supremacia masculina. Ao mesmo tempo, a preocupação com os desvios das moças sugere uma dimensão antifeminista recorrente nas fontes produzidas por esses militares.

11 MILITARES opinam que haverá enquadramento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 out. 1968, p. 16.

12 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL (AN-COREG). *BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0911_d>Edit*. Brasília: AN-COREG, 1969, p. 8.

O tema pautou a Agência Regional do Serviço Nacional de Informações (SNI) de São Paulo, que associou o CRUSP a um território de doutrinação marxista-leninista potencializado em função da origem interiorana dos moradores afastados das suas famílias. A problemática moral foi abordada: “a promiscuidade de rapazes e moças nos apartamentos (...) foi apontada como exemplo para que fosse permitida a entrada de rapazes (...) e (...) de moças”.¹³ As moças eram ameaçadas na sua segurança pela presença masculina. Essa proximidade era promíscua. O sexo entre os jovens era subversivo.

OS ANOS 1970/1980: NOVOS MEDOS E PERIGOS

Essas representações pressupõem a “negatividade sexual”. O sexo que não acontece em casa, que não é marital, heterossexual e reprodutivo é sinônimo de perigo, suspeição e destruição (RUBIN, 2012). Os textos delimitam os limites do comportamento sexual normal (WEEKS, 2011), veiculam um antifeminismo acrescentando um ingrediente explosivo ao associar sexo, guerra e revolução (COWAN, 2012). Isso fica evidente na entrevista do general Antonio Carlos Murici. Em 1970, num contexto de intolerância da repressão ao protesto político de esquerda, Murici se referiu ao engajamento de jovens. O militar afirmou que, após o ingresso nas organizações de esquerda, “o estudante se afasta, via de regra, dos estudos, da vida familiar. Entra a conviver com desconhecidos, vive como pária, na maior promiscuidade (vide o Congresso de Ibiúna e o que lá ocorreu) (...). Sem vontade própria obedece passivamente”. O general mencionou um relatório do Exército informando que

Várias [moças] apresentam doenças venéreas e algumas aparecem grávidas. (...) O ingresso das moças no sistema terrorista faz-se muitas vezes, através do namoro com rapazes

13 AN-COREG. Agência Regional de São Paulo, Informação no. 114/SNI/ASP/1970. Brasília: AN-COREG/Fundo SNI, 1970, p. 10.

subversivos, instruídos nesse sentido. Consolidada a influência perniciosa, vem a entrega. A partir daí, a moça afasta-se do ambiente do lar e não tem mais como voltar.¹⁴

O militar e o suposto relatório demarcam comportamentos de gênero amparados na lógica da dominação masculina, do macho que seduz e alicia as moças inocentes, ingênuas, desprovidas de autonomia. A abordagem repete a percepção da promiscuidade sexual; da associação entre engajamento político, sexo e perigo; da conexão entre sexo, doença e gravidez indesejada. A militância na oposição era vista como um desvio do feminino, uma distorção da feminilidade, uma destruição da família. Essa problemática mobilizou outros militares. Em 1972, o brigadeiro Agemar Santos sublinhou que a infiltração comunista insistia “na corrupção dos costumes e da moral, no barateamento do sexo, no acanalhamento da mulher, do lar, (...) para o fim único da dissolução da família”¹⁵

Essas acusações não ficaram restritas à imprensa. Um dos exemplos refere-se a uma operação policial na residência estudantil da Universidade de Brasília (UnB) com acusações de “pederastia”, “homossexualismo”, uso e tráfico de drogas (LIMA, 2017). O relatório da polícia indica que um dos apartamentos era conhecido como “boca de fumo” e local para discutir política e sexo.¹⁶ Outro tópico informava “um triste ambiente de promiscuidade e sujeira”.¹⁷ Alegava-se a atividade sexual com menores: “a moradia em foco é um antro de corrupção de costumes

14 MURICI aponta aliciamento de jovens para o terror. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19-20 jul. 1970, Caderno 1, p. 5.

15 II EXÉRCITO homenageia FAB com alerta contra o inimigo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 out. 1972, p. 3.

16 AN-COREG. *BR_AN_BSB_AA1_ROS_033*. Infiltração subversiva no meio universitário em Brasília. Brasília: AN-COREG, 1973a, p. 23.

17 AN-COREG. *BR_AN_BSB_AA1_ROS_033*. Infiltração subversiva no meio universitário em Brasília. Brasília: AN-COREG, 1973a, p. 24.

e uso de tóxicos para onde são levados garotos ainda do ciclo colegial”.¹⁸ São exemplos que comprovariam a “intoxicação marxista”¹⁹

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a “contaminação” do organismo nacional era tamanha que, mesmo “as cadeiras de Educação Moral e Cívica, no ensino médio, e Estudos dos Problemas Brasileiros” eram usadas pelos comunistas para “divulgar sua ideologia política”.²⁰ O teatro era outro meio “utilizado como poderosa arma ideológica na dissolução dos bons costumes” haja vista diversas “peças teatrais, onde se faz presente a exploração do sexo, da pornografia e do erotismo, o que vem contribuindo, em grande escala, para a decadência moral”.²¹ O MEC identificava no inimigo comunista o desejo de “desacreditar a família como instituição, favorecendo o amor livre e o divórcio fácil”²²

Essas são ideias presentes em “Como eles agem”.²³ Elaborado pela Divisão de Segurança e Informações e pelo MEC, o documento sistematizava o *modus operandi* dos comunistas que, segundo seus detratores, utilizavam o sexo desregrado e as drogas para desfibrar os jovens e doutriná-los. Nessa acepção, a politização do sexo esteve relacionada ao perigo das drogas. Segundo Carneiro (2019), drogas são objetos capazes de produzir subjetividades e efeitos sensoriais ao serem manuseados por seres humanos cujos efeitos são carregados de sentidos ideológicos, culturais, políticos e simbólicos. Seu conceito esteve associado ao mal e “o valor ideológico da palavra “droga” [foi interpretado] como espantalho provocador de pânico moral” (CARNEIRO, 2019, p. 29).

18 AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_ROS_033. Infiltração subversiva no meio universitário em Brasília. Brasília: AN-COREG, 1973a, p. 25.

19 AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_ROS_033. Infiltração subversiva no meio universitário em Brasília. Brasília: AN-COREG, 1973a, p. 31.

20 AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_LGS_002. Como eles agem. Brasília: AN-COREG, 1973b, p. 7.

21 AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_LGS_002. Como eles agem. Brasília: AN-COREG, 1973b, p. 8.

22 AN-COREG. BR_AN_BSB_AA1_LGS_002. Como eles agem. Brasília: AN-COREG, 1973b, p. 13.

23 “Como eles agem” não tem data, mas seu teor foi divulgado pela Revista *Veja* em 06 de fevereiro de 1974. A hipótese principal é que circulou secretamente desde 1973, pois um documento da DSI de maio de 1973 já faz referência ao texto.

Para Gilberto Velho (1999, p. 60-61), “o problema das drogas aparece associado a um plano subversivo de origem externa para minar a juventude brasileira. A idéia é que a droga enfraquece a moral, fazendo com que os indivíduos sejam mais facilmente seduzidos, corrompidos ou enganados”. O conceito de subversão se expandia e a Revista *Veja* parece ter se apropriado das ideias difundidas pelo MEC, pois alertou que “nas universidades, os estudantes gastam o tempo todo longe dos livros e das apostilas, em orgias indescritíveis”. De acordo com o periódico, o “despudor do amor livre, em grupo e de portas abertas” era atravessado pela “destruição moral e física dos tóxicos consumidos em todos os estados: sólido, líquido e gasoso”.²⁴

Mesmo após a vitória da repressão sobre as organizações de resistência armada, novos e antigos medos e perigos alimentaram o anticomunismo moral sexual ao longo da ditadura. O movimento hippie foi interpretado como uma invenção de Moscou para corromper os jovens (KAMINSKI, 2016). Acrescente-se a isso as “transformações das relações e identidades de gênero tradicionais” impactadas pela “modernização da sociedade brasileira”, com suas consequências para a desestabilização da família tradicional em função de fatores como:

entrada maciça de mulheres de classe média no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamento vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo [e o movimento gay]. (DUARTE, 2011, p. 4-5)

Por essas razões, o anticomunismo moral sexual durante a ditadura teve componentes antifeministas²⁵ e de reação às homossexualidades.

24 COMO eles agem. *Veja*, São Paulo, n. 283, 06 fev. 1974, p. 32.

25 É interessante aprofundar pesquisas sobre o antifeminismo presente no anticomunismo, como indica Iracélli Alves (2020).

Imerso naquele contexto, o anticomunismo moral se atualizava a partir de novos fantasmas. Um exemplo é o pronunciamento do tenente coronel Carlos Oliveira veiculado no *Jornal do Brasil* na matéria “Coronel revela que química, sexo e cirurgia são usados para doutrinação comunista”.²⁶ O militar abordou as “técnicas de lavagem cerebral” desenvolvidas pelo comunismo russo, indicando que “a mais abominável tática é a da disseminação das drogas”. Afirmou que a nova arma inventada pelos comunistas era a psicopolítica: “É a arte e ciência de obter e manter o domínio sobre o pensamento e as convicções dos homens, dos organismos e das massas, e de conquistar as nações por meio de tratamento mental”. Além disso, segundo o Coronel:

o sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos, principalmente das autoridades, para anulá-las e convertê-las em escravos servis. Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos e passam à degradação da Nação, bem como intensificam a divulgação da literatura erótica e da promiscuidade sexual.²⁷

A lógica da suspeição em torno da promiscuidade sexual hierarquizava territórios. A universidade era um deles, pois o jovem visto como alvo preferencial da subversão era jovem, branco, classe média e intelectualizado (COWAN, 2012; 2016). O pós-AI-5 trouxe novas medidas e estruturas repressivas. Além das salas de aula, as festas e os eventos artísticos eram vigiados. Em 1978, o Serviço de Espionagem rastreou um show ocorrido numa faculdade em Santos recheado por “pornografia”, “política” e “promiscuidade”,

26 CORONEL revela que química, sexo e cirurgia são usados para doutrinação comunista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1975, 1º Caderno, p. 14.

27 CORONEL revela que química, sexo e cirurgia são usados para doutrinação comunista. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1975, 1º Caderno, p. 14.

com rapazes e moças trocando de roupas num mesmo lugar. Em vários momentos os estudantes se apresentaram semi-nus (...) [com] cenas de sexo (...) pederastas, em bailados e danças tipo discoteca com a parte traseira do corpo completamente nua (...). Nos cantos mais isolados rapazes e moças faziam uso de maconha ou eram vistos em cenas indecorosas.²⁸

A residência estudantil da UFBA também não passou incólume à suspeição. Em 1980, um pedido de busca foi despachado contra um grupo que pregava a “liberdade total (...) [inclusive] práticas sexuais, homossexuais, consumos de tóxicos, ausência de roupas (andar nus), e outras taras, próprias de locais onde não se respeita a condição humana e onde falta autoridade para manter os princípios morais”. O documento acrescentava “o uso de drogas alucinógenas”.²⁹

Os agentes temiam a suposta aliança entre sexo e drogas. Um Informe do CISA Aeronáutica deu relevo a uma organização política “constituída de moças e rapazes que praticam o amor livre”: “primeiro é usado o sexo para facilitar o ingresso no movimento”. Posteriormente, “continuam sendo usadas essas facilidades para proliferação e manutenção dos quadros, mesmo porque, os seus integrantes terão sempre perspectiva de novas “ninfetas” em busca do prazer e do amor livre; assim como as mulheres integradas também encontrarão novos “garanhões do amor livre numa boa” (...) até chegarem ao objetivo final”.³⁰

Igualmente focado no comportamento estudantil, o SNI produziu em 1983 um relatório enfatizando o propósito comunista de

solapamento progressivo de todos os valores morais e espirituais em que se assenta a sociedade democrático-capitalista (...). Desses valores, o fundamental, (...) ainda é a família – e é

28 AN-COREG. *BR_AN_BSB_VAZ_056_0074*. Brasília: AN-COREG, 1978, p. 1.

29 AN-COREG. *ASV_ACE_1184_80>Edit.* Brasília: AN-COREG/Fundo SNI, 1980a, p. 2.

30 AN-COREG. *BR_DFANBSB_VAZ_0_0_04967_D0001DE0001*. Brasília: AN-COREG/Fundo CISA, 1980b, p. 3.

precisamente nessa célula que os comunistas – exatamente como o câncer – estão atuando cada vez mais intensamente.³¹

Amparadas numa masculinidade hegemônica construída numa cultura patriarcal e heteronormativa, essas visões emprestaram significados aos conflitos e às relações de poder especificamente entre jovens e o Estado com “classificações, divisões e delimitações” (CHARTIER, 1990, p. 17) a partir do gênero, ou seja, das “diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). Comprovam a “mobilização do gênero” (DUARTE, 2011, p. 1) e as “batalhas de gênero”³² (LANGLAND, 2008, p. 309) que marcaram a Guerra Fria e a ditadura no Brasil. Além dos aspectos já mencionados, aquele contexto foi marcado pela profusão da indústria cultural que empregou o erotismo e/ou temáticas sexuais com menos comedimento se espalhando pela TV, cinema e mercado editorial, “acompanhados de um público que se comprazia em consumir esse tipo de produto cultural” (MARCELINO, 2011, p. 25).

Esses processos trouxeram novas ansiedades aos anticomunistas e conservadores, pois havia um público jovem que adotava novas posturas comportamentais por uma crítica ao *status quo*, enquanto houve outro que consumia “um erotismo sem preocupações de natureza ideológica”. Os processos eram distintos, mas conflitavam com a moral conservadora dos governos militares (MARCELINO, 2011, p. 25).³³ Por essa razão, muitos militares reagiram ao contexto. Reforçaram convicções anticomunistas, expandiram a categoria acusatória para enquadrar um

31 AN-COREG. AC_ACE_35819_83_Edit. Brasília: AN-COREG/Fundo SNI, 1983, p. 3.

32 No original: “gendered battles”.

33 O autor afirma que essa distinção ressoava de modo distinto entre as suas correntes internas: “enquanto determinados segmentos como a “comunidade de informações”, associavam, diretamente, o “aumento da exploração da sexualidade” com as atividades políticas de setores “subversivos”, outros (...) como o Serviço de Censura de Diversões Públicas, estavam mais preocupados com as questões próprias à mudança acelerada de costumes. É preciso atentar para todas essas nuances para (...) uma visão mais refinada sobre o período” (MARCELINO, 2011, p. 25). A preocupação do autor é relevante. Reiteramos apenas que o foco do texto reside na análise da corrente que conectava subversão dos costumes com subversão política comunista.

sem número de comportamentos e sujeitos que não eram comunistas, disputaram poder no interior do regime e na sociedade em geral, demarcaram papéis e estigmatizaram comportamentos.

REPRESENTAÇÕES DE COMBATE: QUEM ERAM OS ANTICOMUNISTAS?

Um dos atores que difundiu intensamente este anticomunismo foi o general Ferdinando de Carvalho, membro da rede de radicais da “linha dura”³⁴ responsável pelo Inquérito Militar do Partido Comunista Brasileiro em 1964 e que depois ambicionou escrever literatura (SOUZA, 2009). O livro *Os Sete matizes do rosa* expressa o anticomunismo moral sexual. Em um dos fragmentos, o pai de um dos personagens afirma que o filho foi para um festival de rock “que terminou em um bacanal de nudismo e perversões (...). Participavam da festa moças e rapazes de famílias distintas. A música excitante e erótica servia para criar um ambiente de licenciosidade e depravação”. Concluía que o evento “foi organizado pelos comunistas para atrair os jovens” (CARVALHO, 1977, p. 31).

Esse livro foi apresentado pela Editora da Biblioteca do Exército como “uma forma inteligente de combate”, pois “a conjuntura o exige, sem rebuços”. Possivelmente, as exigências da conjuntura se referiam às novas tensões com a reorganização da oposição ao regime, a emergência de novos sujeitos – o movimento feminista, o movimento gay e o movimento negro, dentre outros exemplos – e o projeto de distensão política dirigido por Geisel. Esses setores da “linha dura” resistiam à abertura e temiam punições com o retorno ao Estado de Direito (FICO, 2001). A reação passou por manter a hiperinflação da ameaça comunista, por acentuar uma luta de representações sobre o risco da abertura e pela prática do terrorismo de direita, como indicam as bombas nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil e

³⁴ Ferdinando de Carvalho “está entre os tradutores mais atuantes de artigos franceses sobre “guerra revolucionária” no início dos anos 1960. Sua obsessão anticomunista, que a chefia do IPM contra o Partido Comunista Brasileiro enraíza definitivamente em setembro de 1964, manifesta-se por uma abundante produção editorial ao longo de todos os anos de 1970” (CHIRIO, 2012, p. 62).

outros atentados durante o governo Figueiredo (1979-1983). O livro do general Ferdinando de Carvalho era uma arma de combate que teria sido distribuída a “quase 30 mil cabeças pensantes” (CARVALHO, 1977, p. 7).

Não sabemos quem eram essas “cabeças pensantes”, mas é necessário tentar construir o perfil dos que elaboravam essas representações. Provavelmente eram homens, formados numa masculinidade hegemônica construída no meio militar, majoritariamente brancos, anticomunistas de extrema direita, heteronormativos e antifeministas. Os documentos secretos são anônimos, mas foram produzidos pelas “comunidades de segurança e informação” – frações no interior do Estado – para combater grupos enquadrados como inimigos da nação. Possuíam dogmas anticomunistas, agiam pela lógica da suspeição permanente e alimentavam o conspiracionismo comunista, o medo e a paranóia (SAMWAYS, 2014; FARIA, 2015).

Esses setores construíram “um campo de produção e de circulação de mensagens relativamente autônomo” (FICO, 2001, p. 21) formado por diversas instâncias repressivas. Esse sofisticado sistema fez “parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada, mas também controlar e direcionar a própria sociedade” (D’ARAÚJO, 1994, p. 18). Ou seja, “para aqueles vinculados à área de informações, era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada” (D’ARAÚJO, 1994, p. 24).

Uma das origens dessa fração de homens reside nos chamados coronéis dos inquéritos policiais militares que, no imediato pós-golpe de 1964, nutriam avidez punitiva por fora da legalidade, além de arraigado anticomunismo – a “linha dura”. Além disso, mobilizaram-se em torno de dogmas do imaginário anticomunista e conservador construído desde o século XIX e atualizado durante a ditadura. Tomando de empréstimo as noções elaboradas por Baczko (1985) sobre imaginário, esse grupo estigmatizava os comunistas, agia como o guardião da ortodoxia, construía e difundia representações anticomunistas, apresentava conflitos reais ou imaginários, fazia disputa de ideias e instigava à ação.

Magalhães (1997) ajuda a pensar no perfil dos homens ligados a essas estruturas repressivas. A autora detecta “alguns mecanismos, discursos e procedimentos que se inspiraram, seguramente, em experiências totalitárias, notadamente a experiência da propaganda política e o emprego do terror”. Essa propaganda implicou discursos públicos e elaboração de documentos com conteúdo anticomunista para reforçar convicções e alimentar a ação numa linguagem carregada de mitos, a exemplo do complô comunista (GIRARDET, 1987). Esses homens lidavam com um “inimigo (...) [que era] apresentado, cotidianamente, como dotado de uma força demoníaca” (MAGALHÃES, 1997, p. 5) e se colocavam no lugar do “pai severo, porém protetor”. Isso explica o recorrente argumento da crítica dos anticomunistas à falta de autoridade de pais, reitores e do governo para lidar com a “subversão dos costumes” dos jovens.

A autora acrescenta o apego à moral conservadora por muitos informantes voluntários que associavam subversão com promiscuidade; que interpretavam o engajamento político das mulheres como resultado de uma moral sexual suspeita, pois operava com base na sedução. Para esses sujeitos, as mulheres “amasiam-se, prostituem-se, usam drogas”. Magalhães afirma que “a maioria dos informantes possui um radical desprezo pela mulher subversiva, considerada (...) degradada e perigosa”. Acrescenta que “neste caso, o seu espaço de convívio privilegiado, – o lar –, e o papel de esposa e mãe de família, foram sufocados em nome de uma postura agressiva, tipicamente masculina”. Para eles, a militância de mulheres violava a “essência feminina” (MAGALHÃES, 1997, p. 13).

A difusão dessas representações parece ter buscado construir um “pânico moral”, entendido como “agitações de ansiedade cultural e medo social, que geralmente se concentram numa condição ou pessoa, ou grupo de pessoas, que se definem como uma ameaça aos valores e pressupostos sociais aceitos”.³⁵ Para Weeks, o fenômeno surge “geralmente em situações de incerteza, confusão e ambiguidade, nos

35 No original: “flurries of cultural anxiety and social fear, which usually focus on a condition or person, or group of persons, who become defined as a threat to accepted social values and assumptions”.

períodos em que as fronteiras entre o comportamento legítimo e ilegítimo parece precisar de redefinição ou classificação”³⁶ (WEEKS, 2011, p. 119). O conceito de pânico moral foi disseminado por Cohen (2011) a partir de pesquisa publicada em 1972. Cowan (2016) e Carneiro (2019) utilizam o conceito para compreender as reações moralistas a comportamentos juvenis tidos como desviantes como o uso das drogas ilícitas ou novas formas de lidar com a sexualidade.

Não há indícios de que elas tiveram o efeito de produzir um anticomunismo de massas no Brasil ou uma apropriação ativa por parte de largos setores que não aqueles diretamente engajados no cotidiano da luta política. Não há evidências também de que a profusão dessas representações tenha gerado mudanças nos rumos gerais do regime. Afinal, mesmo contra a vontade da linha dura e dos sujeitos do mundo da segurança e da informação, houve a abertura política. Isso explica a ideia de decadência orientando a interpretação desses sujeitos sobre o período. Embora as representações mobilizassem barricadas morais arraigadas na longa duração da sociedade brasileira, não parecem ter moldado um pânico moral como fenômeno de massas. O pânico parece ter sido restrito a determinados setores minoritários. Por outro lado, a noção de comportamento moral sexual desviante não foi monopólio da ditadura brasileira. Diferentes representações com esse teor circularam transnacionalmente pelas Américas.

ANTICOMUNISMO, MASCULINIDADES E HOMOSSEXUALIDADES EM ESCALA TRANSNACIONAL

De acordo com Micol Seigel, a História Transnacional “examina unidades que transbordam e vazam através das fronteiras nacionais, unidades maiores e menores que o estado-nação” (SEIGEL, 2005, p. 63). Essa abordagem permite perceber que as representações discutidas neste

36 No original: “They arise generally in situations of uncertainty, confusion and ambiguity, in periods when the boundaries between legitimate and illegitimate behaviour seem to need redefining or classification”.

artigo transbordaram e vazaram pelas fronteiras. Elas devem ser pesquisadas em escala transnacional, enquanto “uma maneira particular de observar os objetos de investigação, aberta a várias preferências metodológicas e a muitos diferentes problemas”. É uma perspectiva atenta às “interconexões da história da humanidade pensada sem fronteiras. Enfatiza as redes, os processos, as crenças e as instituições, transcendendo o espaço nacional” (PRADO, 2012, p. 19).

Trabalhos recentes têm demonstrado a dimensão transnacional do anticomunismo (MANZANO, 2014; COWAN, 2016; BOHOSLAVSKY, 2015; BOHOSLAVSKY; BROQUETAS, 2017). Marchesi (2017, p. 6) ressalta que a intensificação da Guerra Fria latino-americana propiciou uma convergência de processos e diversos atores adotaram discursos e práticas similares na região. A ideologia/doutrina de segurança nacional alimentou a profusão de um anticomunismo preocupado com a contestação estudantil-juvenil. Conceitos como o de “guerra revolucionária” nutriram os anticomunistas. Afinal,

Quanto mais ditatorial e violento for um Estado, mais ele tratará a nação como inimiga, e quanto mais proclamar pretensões de moralidade, mais edificante, moralista e espiritual será sua linguagem – a tal ponto que qualquer aula de moral vinda de um Chefe de Estado desperta imediatamente uma sensação de medo (COMBLIN, 1978, p. 222-223).

O autor alerta para a relação entre política e moral durante as ditaduras latino-americanas. Para ele, “os ideólogos da Segurança Nacional colocam sempre, entre os objetivos nacionais, os valores morais ou espirituais: a regeneração moral da Nação, (...) os valores do “Ocidente”, ou do cristianismo” (COMBLIN, 1978, p. 235). Isso explica a presença da noção de crise moral e a retórica de restaurar a moralidade do jovem nesses regimes ditoriais.

A ditadura chilena nomeou reitores-delegados para as Faculdades visando “corregir la anomalía descrita [instrumentalización política], y para devolver a la Universidad los verdaderos valores universitarios”.

O governo militar Argentino publicou folheto intitulado *Subversión en el ámbito educativo: conozcamos a nuestro enemigo* (1977) com orientações sobre o modo de agir dos subversivos. Um desses itens versava sobre como a ação ideológica se expandia para “modificar la escala de valores tradicionais (familia, religión, nacionalidad, tradición, etc.)” (CORREA, 2004, p. 3).

No caso do Uruguai, Padrós (2005, p. 510) afirma que “a linguagem e a lógica da DSN estavam presentes na imprensa, mostrando a preocupação dos setores conservadores com a politização da geração de 68”. Padrões estéticos foram estigmatizados. O autor acrescenta que “barba e cabelo comprido, marcas de identidade da geração dos anos 60/70, são associadas à traição, à covardia e à falta de virilidade” (PADRÓS, 2005, p. 535). Isso reitera a noção de que “o sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído” (PRECIADO, 2014, p. 26).

Para Diego Sempol, as experiências de terrorismo de Estado na Argentina e Uruguai perseguiram as sexualidades dissidentes orientadas por interpretações singulares da Doutrina de Segurança Nacional e por “valorações morais que procuravam preservar a nação, a família heteropatriarcal e os jovens de “desvios sexuais” e “corrupções morais” que permitissem abrigar a subversão” (SEMPOL, 2015, p. 163). O autor reproduz fragmento do *Jornal da Triple A* publicado em 1975, defendendo a criação de “Brigadas de Rua (...) que cacem estes sujeitos vestidos (...), falando (...), pensando como mulheres. Cortar-lhes o cabelo na rua ou raspá-los e deixá-los amarrados às árvores (...). É preciso acabar com os homossexuais. Prendê-los ou matá-los” (El Caudillo citado por SEMPOL, 2015, p. 168-169).

Cowan (2015, p. 49) demonstrou exaustivamente como “as forças de repressão, especialmente as da linha-dura, viam na homossexualidade um componente de um complô mais amplo, inspirado pelo comunismo internacional e baseado na dissolução moral para destruir o Brasil do interior”. Sem esquecer as singularidades dos países e suas diferentes temporalidades, vale lembrar a respeito das ansiedades sobre a sexualidade nos anos 1950 nos Estados Unidos da América (EUA),

traduzidas na construção de estigmas sobre os homossexuais, na sua patologização, na alusão à ausência de moralidade e na obsessão em torno da infiltração homossexual (RUBIN, 2012). Os homossexuais foram caracterizados como essencialmente corruptos que ameaçavam a segurança nacional, pois seriam seduzidos por agentes russos em troca da avidez para satisfazer seus desejos e perversões. Para a autora, essas representações animaram medidas homofóbicas, como comissões no senado para identificar os homossexuais no aparelho de Estado e a demissão de funcionários.

Epstein (1994) corrobora que os EUA foram varridos por uma variedade de pânicos. O medo da subversão comunista acompanhava outros medos, tais como a homossexualidade. Enquanto os comunistas desafiavam a ordem social, os homossexuais apresentavam alternativa à ordem sexual. Ambos os fenômenos eram descritos como conspirações; ambos os conspiradores tinham qualidades surpreendentes e semelhantes e os dois problemas ilustravam a crise de masculinidade que atingia os EUA.

Já Smith (1992) ressalta que a Guerra Fria tornou os EUA um Estado de Segurança Nacional Permanente com poder significativo para manipular politicamente atitudes sobre gênero, doença e comportamento sexual. Como o comunismo, a sexualidade era uma força poderosamente disruptiva que deveria ser contida. Smith ressalta o quanto a projeção do poder dos EUA na política externa esteve assentada em noções de masculinidade. O culto à dureza se alimentava de uma cultura heterossexual dominante que elegia a virilidade como componente central da masculinidade necessária para as temperaturas frias da conjuntura internacional e da política externa.

Essa breve digressão sobre o anticomunismo homofóbico nos EUA interessa para salientar que os contatos culturais entre militares brasileiros, latino-americanos e estadunidenses e a experiência compartilhada de luta anticomunista não podem ser desprezados: a Escola Superior de Guerra (ESG) foi influenciada pela *War College*; grupos de militares brasileiros foram formados também a partir das orientações estadunidenses; muitas obras de militares anticomunistas dos EUA

ganharam traduções para o português. Sem sugerir um papel passivo dos atores latino-americanos na Guerra Fria e na apropriação das ideias produzidas pelos EUA, esses dados são sugestivos para investigar a dimensão transnacional da “política sexual” (QUINALHA, 2017, p. 31) das ditaduras na América Latina e a relação com a politização da sexualidade ocorrida nos EUA.

CONCLUSÃO

As fontes exploradas neste artigo demonstram que houve um anticomunismo moral sexual ao longo da ditadura no Brasil assentado na percepção de uma conspiração comunista dirigida por Moscou. Tal conspiração visava afastar os estudantes do convívio familiar, manipular as moças, desagregar a família e fomentar a corrupção dos costumes para destruir a civilização ocidental. A circulação transnacional de imagens sobre 1968, a percepção do mundo como uma “grande aldeia” e o papel uniformizador dos meios de comunicação de massa (DUARTE, 2016, p. 16), as mudanças em curso na sociedade brasileira nos anos 1970 e 1980 e a indústria cultural que passou a vender o sexo como mercadoria pareciam amparar a preocupação anticomunista.

A profusão de representações anticomunistas com esse teor era parte do arsenal da guerra, lida como permanente e total. Seu esteio era o conservadorismo, a Doutrina de Segurança Nacional e a tradição anticomunista que suspeitava da moral comunista desde o século XIX. Dentre outros aspectos, o combate anticomunista implicou um sistema acusatório amplo baseado tanto na perseguição às sexualidades dissidentes (QUINALHA, 2017), quanto na desqualificação das universidades, associando-as à promiscuidade sexual. No último caso, isso se traduziu tanto na depreciação dos professores e alunos quanto na montagem de uma lógica de suspeição em torno do espaço e da sociabilidade universitária.

Demonstramos alguns usos políticos do sexo como estratégia para desqualificar as ações de frações da oposição ao regime. Isso foi especialmente utilizado durante o segundo semestre de 1968, vide a invasão

da UnB e o Congresso da UNE de Ibiúna. Esse último evento parece ter moldado a memória da caserna, pois é um tema-chave presente no anticomunismo militar. Após o AI-5, o argumento sexual foi utilizado para desqualificar as organizações de esquerda armada, bem como para enquadrar comportamentos tidos como desviantes da moral do regime.

Os anticomunistas leram o mundo pela teoria da conspiração. Veicularam representações dos comunistas como seres onipotentes e onipresentes. Usaram o jargão médico e a metáfora do câncer para patologizar a suposta expansão comunista desenfreada. Tinham obsessão com nudez, pornografia, relações homoeróticas, sexo por prazer e drogas. Desconfiavam da arte. Temiam a proximidade de corpos juvenis, pois prenunciavam sexo e, claro, perigo. Não por acaso, a palavra promiscuidade era recorrente no seu léxico. Ao que parece, instrumentalizaram o anticomunismo como um guarda-chuva amplo para abrigar velhos e novos perigos que pareciam ameaçar a ordem. Um desses medos temperados pelo pânico e a paranóia era a contestação juvenil – atravessada pela circulação da contracultura e de ideias feministas –, especialmente aqueles comportamentos vistos como transgressores da ordem sexual pelas lentes dos anticomunistas. Chegaram a imaginar o sexo como um instrumento científico para a perversão – a psicopolítica.

As fontes demonstram igualmente facetas da visão de mundo daqueles homens militares e o uso de diferentes meios para o convencimento e a produção de sentido. O cruzamento entre sexualidade, política e gênero sugere a ambição real ou imaginária daqueles sujeitos em uma ordem que instaurasse uma nova subjetividade. Isso esteve na agenda pré-golpe, no golpe e em diferentes conjunturas da ditadura embasadas pelo argumento de defesa da família. Ao mesmo tempo, essa problemática precisa ser pensada na longa duração de um conservadorismo que não se reduz ao anticomunismo.

A questão atravessou o regime com as contradições engendradas pela indústria cultural que buscou transformar o sexo, o desejo e o erotismo em mercadoria. No Brasil daquele período, o capitalismo não teve moral, muito menos conservadora. Basta lembrar as pornochanchadas, a televisão com as telenovelas e programas de auditório, o mercado

erótico e as revistas *Ele e Ela* e *Playboy*. Isso se reproduzia sob tensão típica de uma ditadura que difundiu um discurso moral, defendeu os “bons costumes” e veiculou uma ideia de família. Esses são temas importantes para analisar o regime e o interesse de muitos sujeitos num Estado que controlasse corpos, emoções, desejos e o gozo.

Convém pesquisar a disseminação dessas representações pela televisão e rádio. Além disso, esquadrinhar os organismos e setores civis que protagonizaram a construção, difusão e apropriação desse anticomunismo moral sexual. Por exemplo, vale explorar como as organizações de mulheres que protagonizaram as marchas em defesa da família lidaram com a questão após o golpe de 1964. Numa paisagem marcada por controvérsias historiográficas sobre a natureza do regime e sua relação com os civis, mapear o impacto desses pronunciamentos na opinião pública – para além dos agentes repressivos – parece igualmente algo relevante.

É difícil mensurar o papel ativo desse anticomunismo moral sexual para gerar significados sociais, mobilizar indivíduos e instigá-los à ação. Houve alguma influência, sobretudo em moldar uma face do anticomunismo militar de setores da extrema-direita. Além desse núcleo, não se sabe qual o grau de apropriação do anticomunismo por parte das outras correntes militares. Isso é importante para saber efetivamente se as ameaças de subversão moral eram levadas a sério pelo sistema repressivo e qual o grau de apropriação pelo núcleo governista.

Essas interrogações devem ser ampliadas em escala transnacional. Alguns trabalhos demonstram a circulação do anticomunismo moral sexual nas Américas. Junto a uma agenda de pesquisa, a organização de acervos digitais, o compartilhamento de documentos, a realização de eventos e a criação de parcerias intelectuais entre pesquisadores e grupos de pesquisa são iniciativas importantes para a viabilização de uma dinâmica transnacional de pesquisa. Tal dinâmica deve conectar a historiografia dos países latino-americanos entre si com pesquisas em arquivos da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos Estados Unidos da América – países ícones da Guerra Fria. O estado da arte da questão e as experiências do presente exigem isso.

AGRADECIMENTOS

Este texto é fruto do Estágio Pós-Doutoral 2018/2019 desenvolvido na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade do Porto. Grato a Rodrigo Patto Sá Motta e Manuel Loff pelo acolhimento e diálogos, bem como aos pareceristas anônimos da Revista *Varia Historia*. Estendo os agradecimentos à Iracélli Alves. Por outro lado, os eventuais equívocos e lacunas são de responsabilidade exclusiva do autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKI, Carla; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, v. 5, p. 296-332.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. “It's only rock and roll, but I (dis)like it. Anticomunismo, conservadurismo moral y persecución al primer rock argentino en la década de 1960”. In: FIUZA, Alexandre et al. (Coord.). *II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO ROCK*, Cascavel. Anais do... Cascavel: UNIOESTE, 2015, (15p.).

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Vínculos locales y conexiones transnacionales del anticomunismo en Argentina y Uruguay en las décadas de 1950 y 1960. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Colloques, Paris, 2017. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/nuevomundo/70510> >. Acesso em: 1 mar. 2019.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, vol. I, p. 34-35.

CARNEIRO, Henrique. *Drogas: a história do proibicionismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, v. 1, n. 1, p. 5-11, jul. 2002. Disponível em: <https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CARVALHO, Ferdinando de. *Os Sete matizes do rosa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHIRIO, Maud. *A Política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers*. London: Paladin, 2011.

COMBLIN, Padre Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Jorge Baeza. Referencias para un análisis del discurso del gobierno militar chileno sobre el movimiento estudiantil universitario: 1973-1980. *Literatura y lingüística*, Santiago, n. 15, p. 253-286, 2004. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0716-58112004001500015&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COWAN, Benjamin. “Why hasn’t this teacher been shot?” Moral-sexual panic, the repressive right, and Brazil’s National Security State. *Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 92, n. 3, p. 403-436, 2012.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: UFSCAR, 2015, p. 27-52.

COWAN, Benjamin. *Securing sex: morality and repression in the making of cold war Brazil*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

D’ARAÚJO, Maria Celina et al. *Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELMANTO, Júlio. *Camaradas caretas: drogas e esquerda no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300279518_ARQUIVO_textocompletoanpuh.pdf >. Acesso em: 15 jun. 2020.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Meios de comunicação, segurança nacional e a defesa da “moral e bons costumes”: uma análise dos escritos da Escola Superior de Guerra. *ENBORNAL*, v. 7, n. 13, p. 7-21, 2016.

EPSTEIN, Barbara. Anti-Communism, Homophobia, and the Construction of Masculinity in the Postwar U.S. *Critical Sociology*, v. 20, n. 3, p. 21-44, 1994.

FARGE, Arlette et al. A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. *Gênero: Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero NUTEG*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

FARIA, Daniel. Sob o signo da suspeita: as loucuras do poder ditatorial. *Antiteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 221-240, 2015.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: esionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KAMINSKI, Leon Frederico. O Movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antiteses*, Londrina, v. 9, n. 18, p. 467-493, 2016.

KNIGHT, Peter. Making Sense of Conspiracy Theories. In: KNIGHT, Peter (Org.). *Conspiracies and Conspiracy Theories in American History*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2003, p. 15-25.

LANGLAND, Victoria. Birth control pills and molotov cocktails. In: JOSEPH, Gilbert; SPENSER, Daniela. *From the Cold: Latin America's new encounter with the Cold War*. Durham: Duke University Press, 2008. p. 308-349.

LANGLAND, Victoria. Transnational connections of the global sixties as seen by a historian of Brazil. In: CHEN, Jian et al. (Ed.). *The Routledge handbook of the global sixties: between protest and nation-building*. Abingdon; New York: Routledge, 2018. p. 15-26.

LIMA, Alexandre Siqueira. *Primavera nos dentes: desbunde, anticomunismo e repressão na cidade em quadrinhos (1972-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MAGALHÃES, Marionilde Brepolh de. A Lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 34, p. 203-220, 1997.

MANZANO, Valeria. *The Age of Youth in Argentina: culture, politics, and sexuality from Perón to Videla*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, 2011.

MARCHESI, Aldo. Escrevendo a Guerra Fria latino-americana: entre o Sul local e do Norte “global”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 187-202, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/65552/65430>>. Acesso em: 1 mar. 2019.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PITTS, Bryan. “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 39-65, 2014.

PRADO, Maria Ligia C. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. *Anuario*, n. 24, Escuela de Historia. Revista Digital, n. 3, Facultad de Humanidades y Artes (UNR), p. 9-22, 2012. Disponível em: <<https://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/3719/201-807-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PROJETO ORVIL. *A Verdade sufocada*. S.l: s.n., s.d. Disponível em: <https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODEGHERO, Carla Simone. *Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. S.l.: s.n, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranóia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, Durham, n. 91, p. 62-90, 2005.

SEMPOL, Diego. Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civil-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, v. 2, p. 163-197.

SETEMY, Adrianna. *Entre a revolução dos costumes e a ditadura militar: as cores e as dores de um país em convulsão*. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

SMITH, Geoffrey S. National Security and Personal Isolation: Sex, Gender, and Disease in the Cold-War United States. *The International History Review*, v. 14, n. 2, p. 307-337, 1992.

SOUZA, Sandra Regina B. da Silva. *Os Sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SVARTMAN, Eduardo M. *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WEEKS, Jeffrey. *The Languages of Sexuality*. New York: Routledge, 2011.

WESTAD, Odd Arne. Was there a “global 1968”? In: CHEN, Jian et al. (Ed.). *The Routledge handbook of the global sixties: between protest and nation-building*. Abingdon; New York: Routledge, 2018. p. 20-23.

Recebido: 27 mar. 2020 | Aceito: 20 mai. 2020